



O TURISMO ÉTNICO NA MINA DU VELOSO EM OURO PRETO (MG): um estudo do equipamento interpretativo do patrimônio afro¹

ETHNIC TOURISM AT MINA DU VELOSO IN OURO PRETO (MG): a study of the interpretive equipment of afro heritage

Luiz Cláudio Alves Viana*
Leandro Benedini Brusadin**

Resumo: O turismo étnico no Brasil traz outras perspectivas históricas para entender os bens culturais afros pertencentes a determinados grupos étnicos no país. O objetivo desse trabalho é mostrar a história silenciada dos africanos mineradores no Brasil colonial, ressignificando, interpretando e preservando as antigas estruturas da mineração aurífera setecentista localizadas em Ouro Preto/MG como patrimônio afro-brasileiro. Situa-se aqui, a Mina Du Veloso como atrativo turístico que utiliza a história afrocentrada para apresentar esse patrimônio aos visitantes. Metodologicamente a pesquisa baseia-se na observação participante realizada por um dos autores que trabalhou como Guia de Turismo da Mina Du Veloso. Como resultado, percebe-se que a junção de indivíduos pertencentes ao mesmo grupo étnico alinhados com a história e o turismo, são capazes de valorizar e apresentar seus bens patrimoniais.

Palavras-Chave: Turismo Étnico Afro; História; Ouro Preto (MG); Patrimônio; Mina Du Veloso.

Abstract: Ethnic tourism in Brazil brings other historical perspectives to understand afro cultural goods belonging to certain ethnic groups in the country. The objective of this work is to show the silenced history of african miners in colonial Brazil, giving new meaning to, interpreting and preserving the old structures of eighteenth century gold mining located in Ouro Preto/MG as an afro-brazilian heritage. Here, Mina Du Veloso is a tourist attraction that uses afro-centered history to present this heritage to visitors. Methodologically, the research is based on participant observation carried out by one of the authors who worked as a Tourism Guide at Mina Du Veloso. As a result, it is clear that the joining of individuals belonging to the same ethnic group, aligned with history and tourism, are able to value and present their heritage assets.

Keywords: Afro Ethnic Tourism; History; Ouro Preto (MG); Heritage; Mina Du Veloso.

¹ Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

* Mestrando em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: luizclaviana@yahoo.com.

** Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista de Franca (2011). Pós-doutorado pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH | USP (2015). Pós-doutorado em Sociologia pela Université de Paris - Faculté des Sciences Humaines et Sociales - Sorbonne (Paris V). Professor Associado do Departamento de Turismo e do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio da Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (EDTM | UFOP). Professor Permanente do Mestrado e do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais (PPG-ACPS | UFMG). Líder do grupo de pesquisa Societas -- Turismo, Patrimônio, Relações Sociais e de Trabalho. E-mail: leandrobrusa@hotmail.com.



1 Introdução

Os acontecimentos históricos intitulados como A Guerra dos Emboabas, A Revolta de Felipe dos Santos e Inconfidência Mineira são importantes para o entendimento da história mineira e, inclusive, para seu entrelaçamento com o turismo brasileiro integrado ao patrimônio cultural. Entretanto, é evidente, também, que não se deu a mesma significância histórica no que se refere à contribuição que os africanos tiveram para o desenvolvimento social, cultural e intelectual no país, especificamente em Minas Gerais, na antiga Vila Rica atual Ouro Preto/MG.

Destaca-se, nesse trabalho, a mineração aurífera que ocorreu durante o século XVIII até a segunda dezena do século XIX. A participação dos africanos no processo de formação da sociedade mineira nos é apresentada pela história oficial, na maioria das vezes, como força de trabalho braçal e raramente como força de trabalho intelectual. Assim, como também destaca Martins (1995, p. 122) “[...] há historiadores que, sem dúvida, querem negar aos pretos um papel em nossa história, a não ser o de escravo submisso”. Desde então, isso tem causado inúmeros prejuízos sociais e culturais para o país enquanto nação plural e diversa etnicamente.

Um dos prejuízos é o não reconhecimento dos bens culturais da cultura afro no Brasil resultando na ausência da preservação das estruturas da mineração aurífera no século XVIII e presentes em Ouro Preto. De toda forma, diante do debate recente sobre a necessidade da incorporação das diversas etnias na composição do povo brasileiro, tem-se incorporado alguns bens patrimoniais e atrativos turísticos que tratam sobre a significância da cultura afro-brasileira em locais históricos em todo o país. Entretanto, o turismo pode distorcer ou estigmatizar a história, ou seja, as narrativas podem tratar somente do sofrimento dos escravizados e do domínio dos brancos sobre negros e negras, mas não da inteligência dos povos africanos, da contribuição intelectual de negros e negras no Brasil e de atos de resistência contra a escravidão e por justiça racial.

Atualmente as estruturas da mineração setecentista como as galerias subterrâneas, são atrativos turísticos em Ouro Preto, entretanto, é preciso que os agentes do turismo na cidade (Guias de Turismo, ocupantes de cargo público, acadêmicos, moradores etc.), entendam a relevância dessas estruturas para ressignificar a história afro-brasileira que ocorreu na cidade. De toda forma, é necessário que as estruturas da mineração e os lugares onde as mesmas se



localizam sejam entendidos pelos moradores e visitantes, como lugares de memória e como patrimônio símbolo da inteligência africana. Se assim for, o turismo pode servir como um instrumento interpretativo e educativo que preza pela cultura e história afro-brasileira entendendo as demandas das comunidades e dos visitantes perante esse patrimônio.

Se tratando especificamente do objeto de estudo dessa pesquisa, situa-se a cidade de Ouro Preto, uma vez que, de todas as cidades que outrora houve a mineração de ouro durante o Ciclo do Ouro, ela é a única que oferece passeio em antigas galerias subterrâneas datadas do século XVIII que eram utilizadas para a extração do material aurífero. Essas galerias estão espalhadas por todo lado norte da cidade, algumas mais próximas do centro histórico, porém a grande maioria se localiza em bairros periféricos.

Até o mês de março de 2020, a cidade contava com sete galerias subterrâneas abertas para visitação que são apresentadas para os turistas como “Minas de Ouro”. Após a declaração de pandemia causada pelo novo coronavírus dada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020², todas as galerias subterrâneas suspenderem as visitas pelo risco de contaminação, podendo abrir quando autorizadas pelas autoridades de saúde municipais. Com o baixo fluxo de turistas na cidade e com a queda de arrecadação de receita advinda dos ingressos, não se sabe quantas galerias subterrâneas estarão abertas para turismo no pós-pandemia.

Neste estudo, é apresentada a Mina Du Veloso como atrativo turístico que utiliza da narrativa afrocentrada para apresentar a estrutura aos visitantes e moradores da cidade. O princípio deste atrativo se vale da relevância histórica e cultural dos africanos mineradores nas Minas Gerais e do legado do conhecimento da mineração que eles deixaram na cidade de Ouro Preto e na região. A ideia do local é valorizar o trabalho realizado pelos escravizados nas minas de ouro por meio de fontes bibliográficas, das quais se destacam as seguintes obras: “Quilombo do Campo Grande: a história de Minas, roubada do povo” (2005), de Tarcísio José Martins; “A língua Mina-Jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII” (2002) da autora Yeda Pessoa de Castro; “Pluto Brasiliensis” (1979) de Wilhelm Ludwig Von Eschwege; e a dissertação de mestrado intitulada “Patrimônio mineiro na Serra do Veloso em Ouro Preto-MG:

² Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 4 maio 2021.



registro, análise e proposições de circuitos geoturísticos interpretativos” (2017), de Eduardo Evangelista Ferreira.

As obras de Martins (1995) e Castro (2002) contêm dados relevantes para o entendimento da inserção dos povos africanos mineradores na história brasileira, sobretudo em Vila Rica, já a obra de Eschwege (1979) trata das técnicas minerárias aplicadas e desenvolvidas no Brasil pelos africanos, enquanto Ferreira (2017) aborda a questão da inteligência africana na mineração, analisando as estruturas remanescentes da mineração presentes no bairro São Cristóvão em Ouro Preto. Essas e outras fontes bibliográficas são utilizadas pelos Guias Monitores da Mina Du Veloso para apresentar aos visitantes outro ponto de vista da história dos africanos mineradores em Vila Rica.

Este estudo tem como objetivo geral mostrar a história silenciada e estigmatizada dos povos africanos mineradores no Brasil colonial diante do não reconhecimento de um bem cultural afro-brasileiro enquanto patrimônio, como é o caso das estruturas remanescentes da mineração aurífera datadas do século XVIII presentes na periferia da cidade de Ouro Preto (MG). Diante disso, situa-se paradoxalmente o caso da Mina Du Veloso enquanto atrativo turístico que traz uma abordagem histórica afrocentrada para interpretar essas estruturas minerárias setecentista como bem cultural afro-brasileiro. Nesse sentido, os objetivos específicos são: apresentar a potencialidade do turismo étnico como segmentação turística voltada para a valorização do patrimônio afro de Ouro Preto; observar os trabalhos realizados no atrativo turístico da Mina Du Veloso e sua importância para valorização do patrimônio afro-brasileiro em Ouro Preto; descrever parte da história afrocentrada narrada pelos Guias Monitores da Mina Du Veloso durante as explicações passadas para os visitantes.

Ressalta-se, ainda, a importância de tal estudo compor as pesquisas acadêmicas no Turismo em sentido interdisciplinar com a História, a Sociologia e a Arquitetura e o Urbanismo, para obter uma compreensão real dos valores patrimoniais dos bens materiais e imateriais representantes da cultura afro-brasileira no país, mesmo em lugares onde o patrimônio é conhecido como o caso de Ouro Preto.



2 Revisão de literatura

Em que consiste o patrimônio cultural em Ouro Preto? Werkema (2018) menciona que as igrejas, os casarões coloniais, chafarizes adornados em cantaria, as pontes, os ordenamentos urbanos dentre outros, formam os elementos patrimoniais das feições luso-brasileiras presentes no território. Partindo deste princípio, as estruturas da mineração aurífera espalhadas no território das cidades coloniais podem ser consideradas elementos patrimoniais das feições afro-brasileiras? O turismo poderia auxiliar na interpretação e valorização desses bens (estruturas) enquanto patrimônio em Ouro Preto? O turismo étnico afro enquanto segmento que preza pela memória dos afro-brasileiros tem espaço para ser difundido em Ouro Preto? Essas indagações são necessárias para o entendimento das relações entre história-patrimônio-turismo, principalmente em cidades históricas como Ouro Preto composta por atrações culturais que fazem parte do patrimônio mundial institucionalizado, cuja maioria dos bens patrimoniais também são atrativos turísticos da cidade geralmente atrelados a uma história hegemônica, nacionalista e/ou eurocêntrica.

Assim, quando um processo de patrimonialização de um bem ou de um conjunto de bens tem o valor histórico como legitimador de um discurso hegemônico e dominante como acontece em alguns casos no Brasil, a própria história pode reduzir o valor interpretativo do bem. Neste caso, a história não branca no país foi realmente aprofundada e interpretada como deveria ser? Como isso resultou na preservação dos bens patrimoniais de origem afro? Le Goff (1990, p. 90) destaca que:

Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos.

As lacunas históricas impedem de conhecer o patrimônio e as contradições de cada narrativa. Brusadin (2012, p. 196) assevera que “[...] as interpretações são diferentes em cada construção histórica, já que os materiais utilizados interferem na análise do passado”, ou seja, as interpretações sobre um mesmo fator histórico, podem variar de indivíduo para indivíduo, de grupos sociais para grupo sociais, de etnias para etnias e assim por diante. Um exemplo



clássico é a chegada dos portugueses na costa brasileira - foi um descobrimento ou uma invasão?

As rugas históricas no patrimônio podem resultar em um processo de escolha dos bens patrimoniais que serão preservados, valorizados e reconhecidos sobre a égide patrimonial e, isso pode ser um fator relevante para o esquecimento total ou parcial de outros bens materiais e imateriais de uma cultura. Fato é que, muitas vezes, esse processo de escolha pode ser traumático para a cultura não incluída como parte integrante do passado dessa sociedade, principalmente em um país multicultural como é o caso do Brasil. Segundo Machado e Pires (2012, p. 247), “[...] a escolha de um bem como patrimônio cultural e, portanto, de interesse coletivo, pressupõe necessariamente a exclusão de outros”.

O processo de escolha envolve diretamente a história, pois se tratando direta ou indiretamente do “poder das excelências” (o que é prioritário), sempre há uma intenção de preservar algo (bens móveis e imóveis, material ou imaterial, tangível ou intangível, etc.). Ou seja, “[...] a opção por preservar preferencialmente as manifestações artísticas seja talvez, porque elas contivessem as chaves para um entendimento superior da existência humana, ou refletissem especialmente os seus próprios valores”. (CARSALADE, 2014, p. 173).

Nesse sentido, as escolhas podem favorecer somente um grupo social ou parte de uma cultura, isso pode acontecer principalmente quando há a intensão de criar ou reforçar uma identidade cultural. A exemplo, em uma sociedade capitalista os bens patrimoniais selecionados podem ser aqueles que representam o padrão cultural dos detentores do capital; em uma sociedade eclesiástica os bens patrimoniais podem representar e privilegiar os membros do alto clero e em uma nação multiétnica os bens patrimoniais podem ser aqueles que representam a cultura da etnia que ocupa predominantemente os cargos públicos e de governança. Ou seja, há uma lógica de poder que interfere diretamente nas escolhas dos bens que serão ou não patrimonializados, e essas decisões se dão de acordo com o espaço social onde os mesmos estão inseridos. No entanto, é necessária a participação social com inclusão de minorias ou desprivilegiados para que essas escolhas sejam democráticas.

No caso brasileiro, que tem uma população multicultural, nota-se que a história oficial tem um discurso hegemônico, tal como escreveu Boff (2020) em seu texto intitulado “A História foi escrita pela mão branca”, onde comenta sobre a interpretação branca da história brasileira e a falta de fontes históricas advindas de pessoas que foram escravizadas impedindo-



nos de termos outro ponto de vista do que foi a escravidão no Brasil. Essa interpretação histórica, pode ter contribuído para o reconhecimento e valorização dos bens históricos culturais brasileiros de vanguardas europeias e luso-brasileiras, *a priori*, sobressaindo sobre os bens patrimoniais representativos e originários dos grupos étnicos indígenas e africanos presentes no território brasileiro.

Diante desse debate, o Ministério do Turismo (2010 *apud* RIBEIRO; SANTOS, 2018, p. 80), com base nas diretrizes conceituais sobre o turismo nacional, destacam que não há uma diferença significativa do turismo cultural para o turismo étnico, sendo que, esse último é uma vertente do turismo cultural. O que os diferencia é a abordagem histórica e interpretativa do espaço e/ou bem patrimonial turistificado, uma vez que, em muitos lugares como na cidade de Ouro Preto o turismo cultural para ser desenvolvido teve como base a história oficial, já para a implantação e desenvolvimento do turismo étnico afro é preciso rever a história oficial ou mesmo desconsiderá-la para valorizar e ressignificar o lugar e o patrimônio turistificado.

Para que o turismo étnico afro possa se desenvolver é preciso valorizar culturalmente o bem e/ou o lugar em uma outra perspectiva que não seja da história oficial construída no Brasil. É preciso pensar conceitos e práticas para ampliação cultural e no viés dos discursos históricos pluralistas, a fim de que os bens e lugares não contemplados pelas políticas patrimoniais brasileiras sejam inclusos efetivamente na cultura brasileira. Como aponta Froner (2017, p. 209):

O desenvolvimento cultural significa adotar uma perspectiva de respeito ao multiculturalismo, à diversidade cultural e à igualdade de gênero, além de proporcionar às crianças, adolescentes e idosos um lugar de maior integração. Implica uma ampla diversificação da noção de patrimônio cultural num contexto de transformação social e aumenta a consciência da dimensão cultural da gestão do patrimônio natural e urbano.

Segundo Carsalade (2014, p. 160), o ocidente tem adotado duas maneiras de entender a cultura, a primeira delas é na perspectiva francesa posta pelos ideais iluministas, que entendia a cultura como “sinônimo” do comportamento civilizatório, ou seja, o “ser” cultural é aquele que detém da racionalidade ética e moral da sociedade. Na Grécia antiga, essa ideia de cultura, enquanto grau de relevância e *status* social, também era priorizado, pois eram considerados “seres” de cultura os homens livres, civilizados que participavam efetivamente da política. A segunda maneira de entender a cultura que nos é apresentada é “a ideia de cultura como identidade coletiva”, esse entendimento advindo do ideal alemão *Kultur*, que entende a



cultura de uma forma mais ampliada e heterogênea. Essas formas de entendimento da cultura apresentadas pelo autor interferem ativamente na hora de categorizar e preservar um bem (CARSALADE, 2014).

Evidentemente que no caso brasileiro é preciso que se tenha uma compreensão cultural mais ampla atrelada a um discurso historiográfico abrangente que visa uma equidade entre os agentes históricos que compuseram o nosso passado de conflitos. Nota-se que ideia do turismo afrocentrado objetiva o reconhecimento e inserção dos bens culturais que representam a cultura afro-brasileira.

Este é um processo que tem ocorrido nas últimas décadas e que pode auxiliar na reconstrução de nosso passado oficial, especialmente na perspectiva do patrimônio cultural e o seu usufruto para o turismo. As fontes bibliográficas que tratam desta abrangência cultural no Brasil têm nas décadas de 1970 e 1980 o período que ocorreram significativas mudanças no entendimento das outras formas de expressões culturais que até aquele momento não tinham sido reconhecidas como patrimônio nacional e precisavam ser inseridas e reconhecidas no contexto cultural brasileiro, objetivando ter uma compreensão plural da identidade nacional.

Em um contexto global, Froner (2017, p. 219), destaca o debate internacional realizado em 1980, sobre a gradual ampliação do conceito de patrimônio em termos culturais, surgiram “[...] novas categorias derivadas de estudos sobre a diversidade cultural e do papel socioeconômico da cultura, que buscaram aproximar os conceitos mais recentes, como patrimônio cultural imaterial e paisagens culturais”. Essa ampliação do conceito de patrimônio veio para que bens patrimoniais inseridos em áreas de conflito, de vulnerabilidade social, econômica e política pudessem ser registrados e salvaguardados.

Para Machado e Pires (2012, p. 247), no Brasil, quem se destacou e teve participação relevante para ampliação do conceito de patrimônio cultural foi Mário de Andrade. Para os autores, foi ele que entre as décadas de 1970 e 1980 ajudou a transformar as formas cognitivas do patrimônio mais plurais e democráticas, reconhecendo as práticas culturais brasileiras sejam elas eruditas ou populares, pois os “bens intangíveis que ficaram esquecidos na política federal de preservação do patrimônio” até aquele no início da década de 1970, começaram a aparecer no cenário nacional através dessa dinamização do patrimônio. Essa dinamização e ampliação do conceito de patrimônio se fez mais evidente em 1975 com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), instituição que tinha um corpo técnico



diversificado para incluir o que estava sendo excluído da política de preservação praticada no Brasil.

Ribeiro e Santos (2018) chamam atenção para as ações dos movimentos negros no Brasil durante a década de 1980, que lutavam para reestabelecimento da democracia no país, mais também exigiam que a nação fizesse uma “revisão da memória pública da escravidão e do pós-abolição”, como forma de valorizar e reconhecer a real contribuição dos antepassados negros e negras no processo de construção da sociedade brasileira.

Nota-se que durante as décadas de 1970 e 1980 uma mudança da forma de pensar o patrimônio nacional para atender outras manifestações culturais não brancas no país – o entendimento amplo da história é fundamental para alcançar esse objetivo – o que também impactou no turismo histórico cultural no Brasil, principalmente quando é desenvolvido em bens representantes da cultura afro-brasileira.

No turismo étnico afro o revisionismo histórico é um dos alicerces mais profícuos para desenvolvimento do mesmo. O turismo étnico é o turismo cultural sem a hegemonia da história oficial brasileira, pois em alguns casos essa história limitou a compreensão e entendimento da cultura afro-brasileira e seus bens patrimoniais. Assim, com base nas prerrogativas explicitadas anteriormente, insere-se a cidade de Ouro Preto e as formas de valoração do seu patrimônio alheios ao que se denominou como “centro histórico”.

Como observou Castriota (2009), o processo de patrimonialização da cidade de Ouro Preto teve seu início através do Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933. A cidade foi elevada a título de Monumento Nacional que posteriormente resultou no processo de tombamento da cidade no ano de 1938, o tombamento da cidade de Ouro Preto ocorreu devido suas características arquitetônicas e artísticas como uma das expressões autênticas das cidades coloniais mineiras. Porém, para o autor, a História que ocorreu na cidade ajudou a legitimar todo conjunto urbano agora patrimonializado e tombado (CASTRIOTA, 2009).

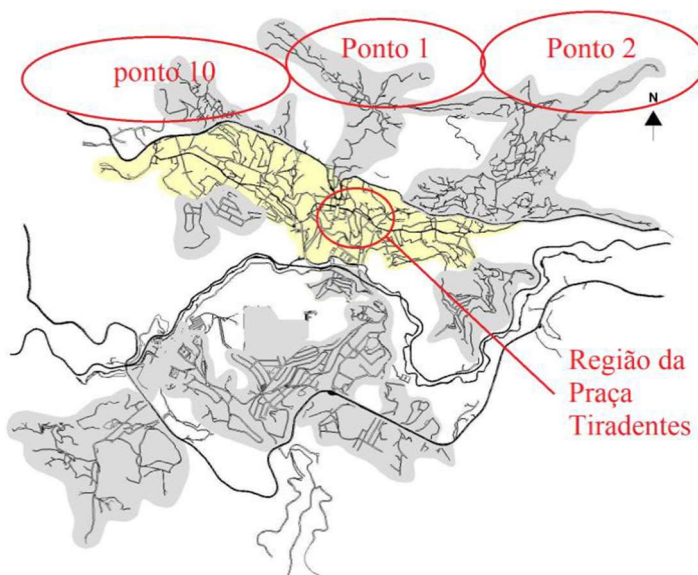
Como mencionam Paiva e Souza (2018), os limites do tombamento da cidade de Ouro Preto não foram somente sua área central e sim a cidade como um todo, como se pode observar nas delimitações da área tombada de Ouro Preto definidas pela portaria de número 312, em 20 de outubro de 2010 estabelecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Partindo-se da capela de São João (ponto um), situado na Serra de Ouro Preto, vai-se em linha reta até o topo do Morro situado à direita de quem olha a frontaria da Capela

do Bom Jesus do Taquaral (ponto dois). Desse ponto segue-se na direção sul, pela divisa com o Município de Mariana, até encontrar o Parque Estadual do Itacolomi (ponto três), de onde se prossegue, pela divisa com Mariana, até o Morro do Cachorro (ponto quatro), onde está implantada a torre da EMBRATEL. Desse ponto toma-se uma linha reta até a portaria da Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ponto cinco), infletindo-se daí para o Centro de Convergência localizado na área central do Campus da Universidade Federal de Ouro Preto (ponto seis). Desse ponto segue-se até a subestação da CEMIG (ponto sete), de onde se inflete na direção Oeste, pela cumeeada da Serra, até a Rodovia Rodrigo Mello Franco de Andrade (Estrada do Contorno) (ponto oito). Percorre-se esta estrada até o trevo com a Rodovia dos Inconfidentes (ponto nove), seguindo-se daí pela Estrada de São Bartolomeu até o local da Serra de Ouro Preto denominado Pedra de Amolar (ponto dez), indo-se desse, pela cumeeada da Serra de Ouro Preto, até a Capela de São João (ponto um), fechando-se assim o perímetro. (BRASIL, 2010 *apud* PAIVA; SOUZA, 2018, p. 114).

Com base nesta limitação advinda do processo de tombamento da cidade, percebe-se que a área onde ocorreu o processo de extração aurífera, durante o século XVIII, também está inclusa dentro deste perímetro citado, pois a área de mineração ocorria entre os pontos 10 (estrada de São Bartolomeu, até o local da Serra de ouro Preto denominado Pedra de Amolar) chegando até o ponto 1 (Capela de São João) terminando no ponto 2 (Capela de Bom Jesus do taquaral). A extração de ouro ocorreu em outros pontos da cidade, porém entre esses três pontos citados foi onde ela predominou por mais tempo. Como podemos observar no Mapa 1 onde a mineração ocorria (pontos 10, 1 e 2).

Mapa 1- Croqui da cidade de Ouro Preto com as respectivas áreas de mineração.



Fonte: Magalhães (com base em OURO PRETO, 2006), adaptado de Salgado (2010, p.33).

Segundo os estudos de Costa (2011), logo depois do tombamento Ouro Preto em meados das décadas de 1940 e 1980, iniciou-se na cidade um processo de adensamento urbano gerando uma série de ocupações desordenadas nas áreas ao entorno do centro alterando completamente a paisagem da cidade que outrora tinha sítio tombado. Este processo de adensamento urbano veio decorrente da mudança econômica da cidade, pois na década de 1940 implantou-se na cidade a fábrica de alumínio denominada Alumínio Canadense (ALCAN). Também, nessa mesma década, logo depois do tombamento em 1938 a atividade turística também começou a ser uma fonte de renda para a população local e na década de 1970 teve a criação do Campus da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Mesmo a área da mineração estando dentro do perímetro tombado da cidade, essa área atualmente é uma das que mais sofreu alterações em sua paisagem. Cabe distinguirmos aqui, que o perímetro tombado, propriamente dito, não é a área onde o turismo acontece de forma mais efetiva, muito pelo contrário, é uma das regiões da cidade onde a atividade turística menos acontece. Um dos fatores que podem limitar a atividade turística nestes locais podem ser as significativas mudanças que a cidade vem passando em seu meio urbano, pois há um grande contraste entre a área central da cidade com os bairros ao entorno dele, tal como podemos observar nas Imagens 1 e 2.

Imagem 1 - À direita Igreja de São Francisco de Assis e à esquerda Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, na parte superior da fotografia serra ainda sem a ocupação do bairro Vila Aparecida em 1941.
Imagem 2 - Igreja de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, na parte superior da fotografia bairro Vila Aparecida.



Fonte: Erick Hess, adaptado de Queiroz e Machado (2008)



Fonte: Viana (2018)

Com o crescimento populacional a malha urbana da cidade também se expandiu, ocupando e formando bairros adjacentes ao centro histórico da cidade, descaracterizando significativamente as construções oriundas dos séculos XVIII e XIX que já estavam tombadas.



No caso de Ouro Preto, o processo de tombamento abrangeu uma área urbana significativa da cidade. Naquele contexto, “[...] a cidade foi tombada devido seu importante valor cultural para a cultura do país, havendo assim, uma necessária influência do estado preservar o que é tombado”, (PAIVA; SOUZA, 2018, p. 26). Porém, com o processo de adensamento urbano e descaracterização do conjunto urbano central da cidade, o que foi escolhido para ser preservado sobre as égides do patrimônio? Como discutido anteriormente, sempre há um processo de escolha, principalmente, quando se trata de uma sociedade caracterizada pelo seu multiculturalismo como é a ouro-pretana.

Essa escolha, no Brasil, é de responsabilidade do Estado, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que decide através de seus técnicos aquilo que deve ou não ser objeto de preservação. Ainda que sob a luz do aspecto técnico na escolha do patrimônio a ser preservado, não há como deixar de ser uma escolha subjetiva. (MACHADO; PIRES, 2012, p. 247).

Apesar das alterações na paisagem da cidade serem perceptíveis nos bairros periféricos, o centro também sofreu alterações, porém, segundo Salgado (2010, p. 151), as diretrizes para a preservação seguiram numa tentativa de manter o estilo da arquitetura com caráter colonial, uma vez que este foi o que escolhido para tombar a cidade. Para Costa (2015), o turismo enquanto atividade socioeconômica que atua nos centros urbanos das cidades coloniais mineiras tem dado outros motivos para a preservação desses centros históricos.

[...] como causa e efeito da mercantilização turística-comercial que rebate sobre o território das cidades-patrimônio. Faz-se preponderante reconhecermos a lógica de ordenamento do território no passado, as ações do presente e as perspectivas de futuro em tais cidades, quando são assoladas por um turismo que, enquanto fenômeno em um movimento universal (de estetização e cenarização dos lugares) se concretiza à sua maneira no plano dos territórios. Só na perspectiva do movimento histórico somos capazes de captar a concreticidade (essência) da lógica que reordena o território de tais cidades. (COSTA, 2015, p. 41).

Grande parte dos bens patrimoniais e culturais de Ouro Preto (igrejas, praças, museus, teatros, etc.), estão localizados no centro da cidade (centro histórico), esses são os principais atrativos do turismo cultural na cidade, dando uma dinâmica urbana e social no centro voltada para o setor, enquanto os bairros periféricos têm uma função quase nula na atividade turística desenvolvida na cidade.

Para Nogueira (2014), a lógica de mercado no turismo faz com que grande parte da infraestrutura turística de Ouro Preto esteja localizada próximo aos principais atrativos turísticos da cidade, ou seja, no centro histórico. Observa-se que a maioria dos estabelecimentos



que dão suporte para o visitante durante sua permanência na cidade está localizada neste centro colonial, como restaurantes, meios de hospedagem, serviços de transporte, agências bancárias, e até mesmo salões para realização de eventos (públicos e/ou privados).

No entanto, Ribeiro (2007, p. 57) entende as práticas de tombamento como uma ferramenta utilizada no século XIX e XX em diversas partes do mundo, principalmente na Europa. A cidade de Ouro Preto tornou-se um exemplo brasileiro, à luz do eurocentrismo, pois o objetivo de preservar a paisagem é representar no espaço a “materialização da memória”, dando atenção ao “processo de valorização da atenção dada à história”. O processo de legitimar o patrimônio de Ouro Preto também foi de cunho histórico, pois as narrativas historiográficas nacionais também ajudaram na legitimação e fortalecimento da memória coletiva com seu patrimônio. Como aponta Carsalade (2014, p. 163), “[...] a historiografia é uma das maneiras de articular a memória coletiva com o patrimônio presente.”

Visto que desde o processo de tombamento da cidade de Ouro Preto mudanças significativas ocorreram em sua malha urbana e, perante o problema de adensamento urbano e descaracterização da sua área central de estilo colonial, os órgãos de proteção do patrimônio escolheram preservar o sítio histórico central. Dessa forma, os bairros adjacentes foram os mais afetados tanto no sentido histórico quanto em sua qualidade urbana porque foram densamente povoados e desprovidos de poder político e econômico.

As estruturas da mineração que também são importantes para a compreensão da história da cidade se tornaram alheias ao processo de patrimonialização e turistificação justamente por estarem situadas nas áreas que mais se descaracterizaram. Atualmente, é um desafio pensar a atividade turística nesses nichos da cidade, principalmente no que tange a história voltada para a valorização e reconhecimento do trabalho dos africanos escravizados na região. O processo de escolha dos lugares a serem preservados foi vangloriado pelo patrimônio e valorizados pelo turismo, e os que foram excluídos automaticamente estão, hoje, incumbidos de uma narrativa histórica plural para os acontecimentos dos fatos históricos passados.

3 Metodologia da pesquisa

Se o turismo em Ouro Preto é segmentado como cultural e se apropriou das narrativas históricas tradicionais para interpretar o patrimônio instituído inserindo esses



mesmos roteiros nos seus itinerários durante os passeios, como situar a importância dos povos africanos na região sem atribuir a eles uma posição de inferioridade e sim como protagonista da história? Como se aproveitar do turismo para um processo social de reapropriação territorial do patrimônio por intermédio do turismo étnico afro? Em que ponto o turismo étnico afro pode favorecer a comunidade negra localizada na periferia da cidade? A partir de tais problemáticas, nesta pesquisa, situa-se o atrativo turístico Mina Du Veloso que utiliza da narrativa afrocentrada para interpretar o espaço onde a o atrativo está inserido na cidade, prezando pela valorização intelectual dos negros e negras escravizados para a realização do trabalho na mineração.

Na tentativa de mostrar como os membros do grupo trabalham a perspectiva histórica afrocentrada apresentando as estruturas remanescentes da mineração aos visitantes como bens culturais afro-brasileiros. Para isso, utilizou-se como metodologia científica a observação direta participante pelo método etnográfico. De acordo com Rocha e Eckert (2008), a prática da pesquisa de campo etnográfica responde a uma demanda científica de produção de dados de conhecimento antropológico a partir de uma inter-relação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados. Por isso, evidencia-se que o pesquisador é morador da cidade de Ouro Preto, residente do bairro São Cristóvão onde está localizada a Mina Du Veloso, local onde ele trabalhou como Guia de Turismo durante o período de dois anos e cinco meses. Ressalta-se também que o mesmo é Turismólogo e mestrando no programa de pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, salientando que este trabalho é fruto de pesquisa de mestrado em curso e não há resultados de entrevistas com as pessoas que trabalham no local.

Os dados foram coletados no período de 1º de dezembro de 2019 a 10 de março de 2020 durante os expedientes realizados na Mina Du Veloso, porém, com a pandemia foram realizadas visitas esporádicas no atrativo.

A proposta desta pesquisa é a interação no contexto local recorrendo, primordialmente, às técnicas de pesquisa da observação direta, obtendo informações através de conversas indiretas (pesquisador observando conversas de Guias entre Guias, conversas entre os Guias e visitantes, e conversas entre Guias e moradores da cidade), e conversas diretas (conversas entre os Guias e o pesquisador). Essas conversas não seguiram nenhum roteiro estruturado ou semiestruturado, porém, anotaram-se informações advindas de conversas espontâneas durante o cotidiano de trabalho e em eventos (palestras e apresentações artísticas), em que, algum trabalhador ou trabalhadora da Mina tiveram participação direta como



apresentador, palestrante, etc. Todas as informações foram coletadas no ambiente de trabalho.

As análises pautaram-se sobre:

- a) O acesso do grupo às informações dos africanos mineradores na história do Brasil;
- b) As motivações subjetivas e coletivas para abordarem esse viés histórico afrocentrado;
- c) A formação e coesão do grupo através de uma narrativa histórica, em que, evidenciam a inteligência africana na mineração aurífera durante o período histórico conhecido como Ciclo do Ouro;
- d) A importância que os membros do grupo dão para o local onde moram entendendo a história do lugar;
- e) A atividade turística como meio de propagar a história afrocentrada do lugar;
- f) A influência da história afrocentrada na vida dos Guias da Mina Du Veloso.

Sendo o “pesquisador observador participativo natural”, essa prática metodológica “[...]consiste na participação real do pesquisador na comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo confunde-se com ele”, sendo membro do grupo pesquisado, as análises técnicas subjetivas do pesquisador natural do grupo são consideradas resultados da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 210).

A partir do conhecimento que o pesquisador tem sobre as fontes bibliográficas que os Guias usam para ensinar uma narrativa afrocentrada, será apresentado como resultado de pesquisa trechos desses materiais que os Guias utilizam ao apresentarem o espaço turistificado para os visitantes. Obras de autores como Castro (2002), Martins (1995) e Eschwege (1979) que ficam disponíveis no acervo da Mina Du Veloso para pesquisa dos Guias.

A pesquisa bibliográfica e a metodologia de pesquisa de campo propostas se cruzam. Por esse motivo, a metodologia da pesquisa em questão se vale da observação participante que permite ao pesquisador penetrar na realidade de forma subjetiva. Tal proposta se aproxima das diretrizes da História Cultural em diálogo com o Turismo.



4 Resultados e discussão

A Mina Du Veloso localiza-se no Bairro São Cristóvão, bairro periférico da cidade de Ouro Preto, que surgiu no processo de adensamento urbano e ocupação desordenada na cidade. Com a expansão da malha urbana da cidade para as regiões noroeste, norte e nordeste, os novos bairros foram construídos entre as estruturas remanescentes da mineração aurífera. Assim, o bairro São Cristóvão é um dos bairros da cidade, onde essas estruturas da mineração estão presentes em seu núcleo urbano.

Na Serra do Veloso, atuais bairros São Cristóvão e Passa Dez de Cima, encontram-se numerosas estruturas remanescentes da busca pelo ouro. No local, podem ser identificadas: montanhas talhadas pelo desmonte hidráulico, que testemunham a ação antrópica; aquedutos que percorrem as encostas por quilômetros para captação e condução de água; tanques em alvenaria de pedra-seca e barro, denominados mundéus, que recolhiam a lama aurífera que deslizava da montanha; barragens para armazenamento de água (açudes); diversas galerias subterrâneas abertas de forma a seguir os veios mineralizados de ouro encosta adentro; poços de sarilhos, que são escavações verticais geralmente de formato circular e interligados ao sistema de galerias subterrâneas, além de conjuntos de ruínas de edificações. (FERREIRA, 2017, p. 26).

Muitos outros bairros como São Cristóvão tem entre suas ruas e casas diversas estruturas como essas mencionadas por Ferreira (2017), com o processo de urbanização desses bairros muitas casas ficaram em frente às galerias subterrâneas que eram utilizadas para retirar o ouro do subsolo, este é o caso da Mina Du Veloso. No ano de 2009, Eduardo Evangelista Ferreira comprou uma casa no bairro, por ser morador desde criança. Porém, o mesmo sabia que aos fundos da casa tinha uma galeria subterrânea assim como várias outras que tem espalhadas no bairro e na cidade. Eduardo então começou a adaptar o espaço para virar um atrativo turístico, que em julho de 2014, abriu para visitação. Eduardo (Engenheiro Civil), juntamente com outros integrantes como a Sidnéa Francisca dos Santos (Historiadora) e o Douglas Aparecido da Silva (estudante da Filosofia), partiram do pressuposto que a narrativa histórica que seria utilizada no atrativo exaltaria os povos africanos como protagonistas da história.

Assim, a narrativa escolhida e estudada pelos idealizadores do projeto foi a inteligência do negro no desenvolvimento dos trabalhos da mineração, opondo-se a versão oficial da história que abordam somente o trabalho “braçal” e o sofrimento dos escravizados. Observa-se o entendimento do turismo étnico afro que, de acordo com Trigo e P. Netto (2011,



p. 5): “Esse reconhecimento e respeito surgiram de dentro para fora, ou seja, as próprias comunidades de ascendência africana passaram a se orgulhar de suas raízes e a assumir suas características étnicas e culturais”.

Com base nas observações realizadas em campo percebe-se que todos (as) os (as) guias que trabalharam e trabalham na Mina Du Veloso são instruídos a entenderem a história afrocentrada para interpretar o local turístico. Observou-se que todos (as) narram e mantêm o discurso afrocentrado porque acreditam na história, não porque é um padrão a ser seguido durante o trabalho. Assim, entende-se que o espaço enquanto atrativo turístico também se torna um lugar de ressignificação da história e dos sujeitos que a contam, podendo ser entendido também como um lugar de memória e de identidade coletiva pelo grupo observado. Como menciona Paula e Herédia (2018, p. 78) “[...] entende-se, nesse sentido, que o turismo pode funcionar como ferramenta de visibilidade da memória africana no Brasil”.

[...] estes homens históricos acreditam que o sentido da existência se iluminará no decorrer de um processo. Assim, apenas por isto, eles só olham para trás a fim de, em meio à consideração do processo até aqui, compreender o presente e aprender a desejar o futuro impetuosamente; eles não sabem o quão a-historicamente eles pensam e agem apesar de toda a sua história, e como mesmo a sua ocupação com a história não se encontra a serviço do conhecimento puro, mas sim da vida. (NIETZCHE, 2003, p. 15).

O ato de pensar no passado e nos seus inúmeros significados, não nos faz “homens históricos” na concepção de Friedrich Nietzsche, e sim, pensar o passado para entendermos o presente e projetar o que pode vir a ser futuro. Com base nesse pensamento, podemos afirmar que o turismo étnico afro faz dos seus intérpretes “homens históricos”. Paula e Herédia (2018, p. 79) corroboram esta informação ao afirmar que a “visibilidade da memória afro-brasileira através do turismo passa necessariamente pela compreensão de que o período da escravidão, de sofrimento inenarrável, não deve se repetir jamais e, justamente por isso, não pode ser esquecido também entre os que visitam”.

Nas observações feitas sobre as falas dos (as) Guias da Mina Du Veloso, essa linha de raciocínio também se faz evidente, pois sempre enquadram a escravidão totalmente desumana que existiu no Brasil e que ainda tem vários efeitos negativos na sociedade brasileira, como o próprio fato dos brasileiros não saberem quem foram os africanos que vieram para o Brasil e porque vieram.



Através de conversas diretas espontâneas, observou-se que um grupo de doze Guias que trabalharam na Mina Du Veloso entre o período de coleta de dados, dez se autodeclararam pretos e pretas, enquanto outras duas pessoas não se declararam brancas. Outro aspecto em comum é que todos os membros do grupo viam em seu trabalho uma oportunidade de valorizar seus antepassados e de entender melhor a história do local além de divulgá-la.

Eduardo Evangelista Ferreira (proprietário do atrativo) acredita que na perspectiva patrimonial, quando as pessoas que moram no bairro São Cristóvão e em bairros vizinhos conhecem o atrativo e trabalham nele, isso despertar interesse nos indivíduos a conhecerem a história do lugar onde moram. Quanto a questão econômica e de geração de renda no bairro, o proprietário diz que o turismo desenvolvido no atrativo se assemelha ao turismo de base comunitária.

Costa (2014) denomina os Guias de Turismo que atuam em bens patrimoniais como “intérpretes do patrimônio”, não seria essa a função dos Guias da Mina Du Veloso? A carta internacional sobre turismo cultural de 1999 também atribui à necessidade de inserção da comunidade no patrimônio presente no lugar, e em seu princípio 5 a carta traz a seguinte resolução: “As atividades turísticas e conservacionistas devem beneficiar a comunidade anfitriã”.

A interpretação do patrimônio e os programas de educação entre a comunidade residente devem encorajar o envolvimento de intérpretes de sítios locais. Os programas devem promover o conhecimento e o respeito pelo seu próprio patrimônio, encorajando a comunidade local a se interessar diretamente por seu cuidado e conservação. (ICOMOS, 1999, p. 5).

Entende-se os Guias da Mina Du Veloso como “intérpretes do patrimônio” que apresentam aos visitantes o bem patrimonial minerário sobre o prisma da história afrocentrada a partir da importância da força de trabalho braçal e intelectual que os povos africanos implementaram e desenvolveram na mineração aurífera que ocorreu durante o século XVIII na antiga Vila Rica. Como apresentado anteriormente neste artigo, o turismo étnico afro tende a rever a história brasileira, sobretudo, quando se trata daqueles que foram subjugados historicamente como os indígenas e africanos. Assim, a seguir, eis a premissa da narrativa histórica afrocentrada utilizada pelos Guias da Mina Du Veloso, como forma de exaltar os trabalhos realizados pelos povos africanos no passado brasileiro, especialmente em Ouro Preto.



O fato histórico em questão é a atividade extrativista de ouro. Como menciona Martins (1995, p. 18), a expedição do bandeirante Borba Gato foi a que teve mais sucesso quando encontrou ouro no ano de 1693 na região do Rio das Velhas, pois até aquele momento a expedição liderada por Antônio Rodrigues Arzão encontrou pouco menos que três oitavas de ouro no Rio Piranga no ano de 1692. Consequentemente, outras expedições lideradas por Bartolomeu da Silva e Anhanguera também chegaram e estabeleceram-se na região do Rio das Velhas.

Quanto à região que hoje se localiza a cidade de Ouro Preto, na época conhecida como “as minas gerais dos Cataguás”, Martins (1995) destaca a participação efetiva do negro desde o achado do ouro até seu apogeu com a extração de ouro na serra, não só através da força de trabalho dispensada para o serviço árduo nas minas, mas como protagonistas da história.

[...] o PRIMEIRO DESCOBRIDOR, DIZEM QUE FOI UM MULATO que tinha estado nas minas do Paranaguá e Curitiba. Indo a este sertão com um paulista a buscar índios, e chegando ao serro do Tripuí, desceu abaixo com uma gamela para tirar água do ribeiro que hoje chamam de Ouro Preto e, metendo a gamela na ribanceira para tomar água, e roçando-a pela margem do rio. Viu depois que haviam nela granitos da cor de aço, sem saber o que eram, nem os companheiros, aos quais mostrou os ditos granitos [...] (ANTONIL, 1982, p. 164 *apud* MARTINS, 1995, p.18).

Martins (1995, p. 164), salienta a importância do mulato no achado e continua destacando: “Como se vê, um MULATO – mestiço de negro e branco – foi quem realmente encontrou o achado de Ouro Preto. Evidentemente, então, que os negros participaram da descoberta das Minas Gerais. O nome deste mulato descobridor era Duarte Lopes”. Com o achado do ouro houve um fenômeno na colônia que foi o processo de interiorização e de deslocamento em massa de pessoas para a região das minas, pois até aquele momento grande parte da população estava localizada no litoral, a corrida do ouro fez várias pessoas saírem de diversos lugares do Brasil e da Europa para se beneficiarem do ouro de aluvião que no primeiro momento era de fácil acesso. Zemella (1951, p. 45 *apud* MARTINS, 1995, p. 19), destaca o alto fluxo de portugueses para o Brasil durante o século XVIII, ela pondera este deslocamento em números aproximados, “de Portugal, que tinha uma população de cerca de dois milhões de habitantes, vieram, em menos de um século, cerca de oitocentos mil portugueses”, ou seja, quase que a metade da população que Portugal tinha até o final do século XVII, vindo para o Brasil.



Martins (1995) destaca também a influência do ouro na colônia portuguesa. Além do processo da vinda em massa de europeus, a maioria portugueses, para o Brasil, pessoas que já estavam na colônia também se deslocaram para a região das minas. Essas pessoas saíram principalmente do Nordeste açucareiro, que na época era onde se concentrava a principal atividade econômica da colônia, ou seja, o cultivo e dos engenhos de cana-de-açúcar, e onde também se encontravam os principais núcleos urbanos – Salvador e Recife. Coincidentemente com o declínio da atividade açucareira culminando com achado de ouro na região das minas, muitas pessoas saíram do Nordeste em direção a região aurífera, praticamente colocando um fim no ciclo econômico da cana-de-açúcar e iniciando o ciclo do ouro no Brasil.

Com destaque para o juramento que os portugueses eram obrigados a fazer perante à igreja e ao reino quando saíam com destino às colônias, “juro que não farei nenhum trabalho manual enquanto conseguir um só escravo que trabalhe para mim, com a graça de Deus e do rei de Portugal”, situa Martins (1995, p. 19), sobrando aos negros e negras escravizados (as) realizarem todo trabalho que era desenvolvido na colônia, incluindo a mineração.

Com um número crescente de pessoas chegando na região e com tanto trabalho para ainda ser realizado, Eschewege (1979, p. 264 - 265) questiona, “[...] dessa população, qual é a classe dos trabalhadores?”, e responde, “propriamente, apenas a classe servil. O branco, mesmo quando pobre, não move uma palha, pois até na vadiagem encontra com o que viver”. E continua suas ponderações em relação a não submissão dos homens livres ao trabalho, “[...] o fato incontestável é que a atual geração de homens livres jamais se submeterá ao trabalho rude, feito até agora pelos escravos”.

Eschewege (1979, p. 264) destaca que, alguns homens livres que se sujeitavam a trabalhar na extração de ouro de aluvião trabalhavam “[...] só o necessário para não morrer de fome. Além disso, seguindo o exemplo do mulato, se ganhava em único dia o suficiente para comer durante uma semana, só volta ao trabalho depois de findos os sete dias”.

Com a demanda da extração de ouro crescendo juntamente com inúmeras pessoas chegando para região aurífera, um dos problemas para que continuasse a extração de ouro era o não querer trabalhar dos homens livres que estavam na região e devido ao fato dos escravizados que chegaram para extrair ouro terem vindo da agricultura, o que impossibilitou os mesmos de aprimorassem as técnicas de extração de ouro, principalmente quando o ouro começou a ser extraído diretamente da serra – o ouro da serra é mais difícil de ser extraído



porque ele está preso e encrustado nas rochas e não está solto como o ouro encontrado nos rios e córregos. É nesse contexto que entra outro agente histórico, os negros e negras mineradores e mineradoras africanos, que introduziram e aprimoraram as técnicas rudimentares de extração aurífera na região das Minas Gerais, além de serem os principais trabalhadores da mineração.

Esse fato intensificou ainda mais o processo da diáspora africana durante o período do século XVIII, assim a região da África onde os africanos foram raptados para desenvolverem os trabalhos de mineração no Brasil ficou conhecida como Costa da Mina. A região da Costa da Mina atualmente é equivalente à região do Golfo de Benin, como destaca Castro (2002, p. 50). Outra região que também ficou conhecida pelo nome é a Costa do Ouro, que equivale à costa do país de Gana atualmente (MARTINS, 1995, p. 125). Porém o tráfico intenso de africanos advindos de Gana e Benin para minerarem no Brasil fez com que boa parte dos africanos raptados no oeste-africano recebesse a denominação de negros e negras minas, ou seja, aqueles que vieram da Costa da Mina.

[...] entre 1725-1727 dos 5.700 que entraram anualmente pelo porto do Rio de Janeiro, 2.300 foram transferidos para as zonas de mineração, e, durante o século XVIII, 350 mil oeste-africanos foram desembarcados no Brasil, a maioria enviada para Minas Gerais. (GOULART, 1949, p. 153-217 *apud* CASTRO, 2002, p. 49).

Anterior ao ano de 1725, em Vila Rica, no período entre 1718 a 1720, dos “[...] 475 negros entrados e registrados, (...), 39,36 eram de nação ‘Mina’; 22% de nação Benguela; 10,52% de Congo; 7,78% de Angola; 6,10% de Moçambique; 4,42% de Monjolo, etc.”, (MARTINS, 1995, p. 123). Apenas o processo de exploração de ouro e da necessidade de enorme quantidade de pessoas para extraí-lo fez da população da capitania de Minas Gerais predominantemente negra. No ano de 1786, de 352.847 habitantes, 274.135 (77,69%) da população de Minas Gerais era composta por pessoas negras.

Para Martins (1995), não resta dúvidas que esses povos foram buscados devido o conhecimento de mineração que eles detinham, fazendo com que na medida que chegavam no Brasil “[...] com a fama de terem experiência em mineração, o que fazia um produto mais comercial”. Por meio dessa breve perspectiva histórica, vê-se que os negros no Brasil tiveram uma importância intelectual para a formação do povo brasileiro que foi relatada pelo patrimônio cultural e, conseqüentemente, pelo próprio turismo. Eis o que a Mina Du Veloso busca transformar por meio do turismo étnico afro.



5 Considerações finais

O entendimento do turismo étnico afro no Brasil é muito recente, pois seu reconhecimento enquanto uma vertente do turismo cultural se deu no ano de 2000 pelo Ministério do Turismo. Entretanto, pode-se notar que essa segmentação turística tem como um dos alicerces a compreensão histórica através de outras interpretações que divergem muitas vezes da versão historiográfica oficial, pois para os agentes dessa segmentação há uma necessidade de contar o outro lado da História para ressignificação dos povos africanos e de seus descendentes.

No caso brasileiro, o processo de ampliação do entendimento de cultura e patrimônio cultural que ocorreram entre as décadas de 1970 e 1980 foram relevantes para os bens patrimoniais, mas não estiveram presentes muitos elementos representativos da cultura afro-brasileira. No entanto, o patrimônio e a cultura devem ser plurais ao tratar da sociedade multicultural que compõe o Brasil. No caso brasileiro, fica evidente que não pode ser adotado ações patrimoniais de caráter hegemônico.

Como pode ser observado, a cidade de Ouro Preto, devido suas peculiaridades urbanísticas, fez um processo de escolha do que se preservar. Este processo teve como um dos fatores determinantes as narrativas históricas usadas para embasar e legitimar seu conjunto urbano colonial com características luso-brasileira localizado no centro da cidade. Nesta história, as estruturas remanescentes da mineração, que são bens representativos da inteligência africana na região, não foram preservadas e reconhecidas pelos órgãos de preservação do patrimônio.

Apesar do turismo na cidade estar concentrado e associado ao conjunto urbano colonial e a seus bens patrimoniais de cunho eurocêntrico, existem outras maneiras de pensar o turismo e os bens patrimoniais, tal como o caso apresentado da visita à Mina Du Veloso, sobretudo para tratar veementemente sobre a história dos negros e negras na região.

Por fim, é importante salientar que, o turismo cultural, em sua vertente étnico afro, tem como uma de suas propostas didáticas, o entendimento da prática turística com foco na ressignificação da história juntamente com a valorização dos bens patrimoniais afro-brasileiros, caracterizando-se por ser uma atividade que não se vale apenas dos resultados econômicos



inerentes à atividade turística, mas sim, pela reconstrução histórica problematizadora do passado brasileiro em seu sentido diverso e plural.

Referências

BOFF, L. A **história foi escrita pela mão branca**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/17/artigo-or-a-historia-foi-escrita-pela-mao-branca>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 312, de 20 de outubro de 2010.

BRUSADIN, L. B. Da reconstrução do passado à sua refuncionalização no turismo: interfaces pelo campo museológico. In: COSTA, Everaldo Batista; BRUSADIN, Leandro Benediti; PIRES, Maria do Carmo (org.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CARSALADE, F. L. **A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio cultural: conceitos, política, instrumentos**. Belo Horizonte: AnnaBlume, 2009.

CASTRO, Y. P. **A língua Mina-Jeje no Brasil: um falar africano em ouro preto do século XVIII**. Belo Horizonte: Mineiriana, 2002.

COSTA, E. B. **Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo**. São Paulo: Humanistas, FAPESP, 2015.

COSTA, F. R. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: Editora Senac, 2014.

COSTA, E. B. **Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**. 2011. 444 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ESCHWEGE, W. L. V. **Pluto brasiliensis**. Belo Horizonte: Ed. Italiana, 1979. 2 v.

ESCHWEGE, W. L. V. **Pluto brasiliensis**. Belo Horizonte: Ed. Italiana, 1979. v.1.

FERREIRA, E. E. **Patrimônio mineiro na Serra do Veloso em Ouro Preto-MG: registro, análise e proposições de circuitos geoturísticos interpretativos**. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Evolução Crustal e Recursos Naturais) – Departamento de Geologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.



FRONER, Y. International policies for sustainable development from cultural empowerment. **Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development**, [S. l.], v. 7, p. 208-223, maio 2017. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JCHMSD-10-2016-0056/full/html>. Acesso em: 24 ago. 2020.

ICOMOS Cidade do México. **Carta internacional sobre o turismo cultural** [...]. [S. l.], 1999. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/338>. Acesso em: 20 ago. 2020.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MACHADO, D. C; PIRES, M. J. Turismo e patrimônio cultural imaterial: a capoeira em Salvador - BA. In: COSTA, Everaldo Batista; BRUSADIN, Leandro Benedini; PIRES, Maria do Carmo (org.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MARCONI, M. A; LAKTOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, T. J. **Quilombo do Campo Grande: a história de minas, roubada do povo**. São Paulo: A Gazeta da Mmçonaria, 1995.

NIETZSCHE, F. **Segunda construção intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NOGUEIRA, J. A. N. **Estudo diagnóstico do desenvolvimento urbano e do sistema de transportes da cidade de Ouro Preto/MG: subsídios para a implantação de um teleférico**. 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/3682>. Acesso em: 30 ago. 2020.

PAIVA, A. M. S.; SOUZA, A. H. M. **Manual para quem vive em casas tombada**. Ouro Preto, MG. Livraria & Editora Graphar, 2018.

PAULA, Á. T. de; HERÉDIA, V. A. “Turistificação” de um lugar de memória é possível? Um estudo sobre o sítio arqueológico do Cais do Valongo (Rio de Janeiro, Brasil). **Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos/ Abet**, Juiz de Fora, p. 8-22, jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/abet/article/view/3193>. Acesso em: 10 ago. 2020.

QUEIROZ, M D G S; MACHADO, E P. **Ouro Preto: Imagens/Pesquisas**. Brasília - DF: IPHAN, 2008.

RIBEIRO, R. W. Paisagem Cultural e Patrimônio no contexto Internacional. In: RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan, 2007. p. 33-64.



RIBEIRO, W. A. D; SANTOS, C. F. Patrimônio afro-brasileiro e turismo: comunicando o modo de ser quilombola. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 8, p. 71-88, jun. 2018. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/12165_DAVID+W+A+RIBEIRO+E+CLAUDIA+FERNANDA+DOS+SANTOS. Acessado em: 20 jun. 2020.

ROCHA, A L C; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. **Revista Iliminuras**, [s. l.], v. 9, ed. 21, p. 1-23, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9301/5371>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SALGADO, M. **Ouro Preto: paisagem em transformação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-8QCLUV>. Acesso em: 11 ago. 2020.

TRIGO, L. G. G.; P. NETTO, A. Turismo étnico afro no Brasil. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 8., 2011, Balneário Camboriú. **Anais Eletrônico** [...]. Balneário Camboriú: ANPTUR, 2011. p. 1-12. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/8/10.pdf>. Acessado em: 3 mai. 2020.

WERKEMA, M. **Ouro Preto na história: protagonismos, revisões**. Ouro Preto: Livraria & Editora Graphar, 2018.